

O PAPEL DA INTERSETORIALIDADE NA GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

Resumo:

Este estudo teve como objetivo analisar o papel da intersectorialidade na gestão da saúde pública municipal, destacando seus benefícios, desafios e impactos sobre a efetividade das políticas públicas locais. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa de 11 artigos científicos publicados entre 2021 e 2025, selecionados em bases acadêmicas internacionais. Os resultados evidenciam que a articulação entre diferentes setores, como saúde, educação, assistência social e justiça, contribui para a ampliação do acesso, a melhoria da qualidade do cuidado e a promoção da equidade, especialmente entre populações vulneráveis. Iniciativas intersectoriais também demonstraram maior efetividade na gestão de crises sanitárias e na continuidade do cuidado a grupos com necessidades complexas. Contudo, os estudos revelam entraves estruturais e institucionais que dificultam a consolidação dessas práticas nos municípios, como a fragmentação das políticas e a ausência de mecanismos estáveis de coordenação. Conclui-se que a intersectorialidade é essencial para a construção de respostas mais integradas e sustentáveis, exigindo planejamento, vontade política e cooperação entre os atores envolvidos.

Palavras-chave: Gestão em saúde pública; Cooperação intersectorial; Sistemas locais de saúde; Equidade em saúde; Governança municipal.

Thais Garcia Raymond Franco

Enfermeira pela UEPA e Mestranda em ciências de saúde pela Unoeste

Naiara Cardoso e Cardoso

Graduanda em farmácia na Universidade da Amazônia – UNAMA

Kleyton Pereira de Lima

Enfermeiro pela Universidade Regional do Cariri – URCA e Esp. em Urgência e emergência e Saúde pública com ênfase em vigilância em saúde

Viviane Lima Silva

Doutoranda do curso de Pós - graduação em Biotecnologia na Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Ingrid Araújo Carvalho

Enfermeira Especialista Em Unidade De Terapia Intensiva Adulto/Pediátrico/Neonatal Pelo Instituto Educacional Lider

Fernanda Resende Gonçalves

Especialista em Vigilância em Saúde Epidemiológica pela Faculdade Iguaçu

Carmem Franscyelle Rosa Sales

Médica pela Faculdade Morgana Potrich (FAMP) e Residente clínica médica - Hospital Estadual de Bauru (SUS-SP)

Matheus Moreira Borba

Médico pela UniRV

Mariná Campos Terra

Médica pela Faculdade de Medicina de Rio Verde

Felype Deyvede Cunha Lima

Médico pela Universidade Evangelica de Goiás - UniEvangelica

THE ROLE OF INTERSECTORALITY IN MUNICIPAL PUBLIC HEALTH MANAGEMENT

Abstract:

This study aimed to analyze the role of intersectorality in municipal public health management, highlighting its benefits, challenges, and impacts on the effectiveness of local public policies. The research was conducted through a qualitative literature review of 11 scientific articles published between 2021 and 2025, selected from international academic databases. The results show that articulation between different sectors—such as health, education, social assistance, and justice—contributes to expanding access, improving the quality of care, and promoting equity, especially among vulnerable populations. Intersectoral initiatives have also demonstrated greater effectiveness in managing health crises and ensuring continuity of care for groups with complex needs. However, the studies also reveal structural and institutional obstacles that hinder the consolidation of these practices in municipalities, such as policy fragmentation and the absence of stable coordination mechanisms. It is concluded that intersectorality is essential for building more integrated and sustainable responses, requiring planning, political will, and cooperation among the actors involved.

Keywords: Equity in Health; Intersectoral Cooperation; Local Health Systems; Municipal Governance; Public Health Management.



Congresso Internacional de
Neurociência Translacional
em Saúde - **CINETS**

INTRODUÇÃO

A crescente complexidade das demandas sociais e sanitárias no contexto urbano impõe aos gestores públicos o desafio de desenvolver estratégias integradas e eficazes para a promoção da saúde da população. Nesse cenário, a intersectorialidade emerge como um princípio organizador fundamental das políticas públicas em saúde, ao propor a articulação entre diferentes setores governamentais e não governamentais com vistas à superação dos determinantes sociais que impactam diretamente as condições de vida e de saúde dos indivíduos. Mais do que uma diretriz normativa, a intersectorialidade configura-se como uma prática política, técnica e institucional que visa romper com a lógica fragmentada da administração pública, promovendo ações coordenadas e sinérgicas entre áreas como educação, assistência social, habitação, meio ambiente, segurança alimentar, entre outras (Cheney *et al.*, 2023).



A gestão municipal da saúde, enquanto instância de maior proximidade com as realidades territoriais e com os sujeitos que delas fazem parte, é o *locus* privilegiado para a implementação de práticas intersetoriais. A articulação entre setores, quando bem estruturada, possibilita a ampliação da oferta de serviços e a racionalização dos recursos disponíveis, mas também a formulação de políticas mais equitativas, sensíveis às desigualdades históricas e atentas às especificidades locais. Nesse sentido, a intersectorialidade contribui para a efetivação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente a integralidade, a equidade e a participação social, ao favorecer o diálogo entre diferentes saberes e campos de atuação como apontado por Ranade *et al.* (2024).

Entretanto, apesar de sua relevância, a consolidação da intersectorialidade no âmbito municipal enfrenta obstáculos significativos. A existência de culturas institucionais setorializadas, a ausência de mecanismos de governança compartilhada, a indefinição de papéis e responsabilidades e a escassez de recursos técnicos e financeiros são alguns dos fatores que dificultam a efetiva operacionalização dessa abordagem. Tais desafios exigem vontade política, mas também investimentos em formação, planejamento integrado e fortalecimento das instâncias de participação e controle social (Boned-Ombuena *et al.*, 2021).

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar, à luz da literatura científica recente, o papel da intersectorialidade na gestão da saúde pública municipal, destacando suas potencialidades, limites e fatores críticos de sucesso. Por meio de uma revisão de publicações acadêmicas nacionais e internacionais, busca-se compreender de que maneira a cooperação intersectorial pode contribuir para a construção de políticas públicas mais eficientes, justas e sustentáveis, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais e sanitárias.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica e descritiva, de abordagem qualitativa, cujo objetivo é analisar, à luz da literatura científica recente, os impactos e desafios da intersectorialidade na gestão da saúde pública municipal. A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de artigos científicos disponíveis em bases de dados acadêmicas, sem envolvimento direto de seres humanos ou animais, o que dispensa apreciação

ética por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

A coleta de dados foi realizada por meio de busca sistemática na base de dados PubMed, ScienceDirect, SpringerLink e Elsevier, bem como em periódicos revisados por pares de acesso aberto. Os descritores utilizados foram: *intersectorality*, *public health management*, *local health systems*, *municipal governance* e *integrated care*, isolados e em combinação com operadores booleanos AND e OR. Foram selecionados apenas estudos publicados entre 2021 e 2025, com texto completo disponível em inglês ou português, que abordassem especificamente estratégias intersectoriais na gestão local da saúde pública.

Os critérios de inclusão adotados foram: (a) estudos empíricos (ensaios clínicos, estudos observacionais ou intervenções avaliativas) ou teóricos que abordassem diretamente a articulação entre setores na gestão municipal de saúde; (b) publicações em periódicos científicos indexados; e (c) recorte temporal entre 2021 e 2025. Os critérios de exclusão foram: (a) artigos duplicados em bases diferentes; (b) estudos que abordassem intersectorialidade apenas em nível federal ou estadual, sem enfoque municipal; e (c) trabalhos opinativos ou sem revisão por pares.

Ao todo, foram selecionados 11 artigos científicos que atenderam aos critérios previamente estabelecidos. Esses artigos foram organizados em uma matriz analítica, categorizando os seguintes aspectos: tipo de estudo, país de origem, foco temático (ex.: atenção a vulneráveis, pandemia, atenção ao idoso), métodos utilizados, principais resultados e conclusões. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise temática de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), permitindo a identificação de padrões, recorrências e contribuições relevantes à compreensão da intersectorialidade como estratégia de gestão em saúde pública.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou uma visão abrangente e crítica sobre as potencialidades, os fatores facilitadores e os desafios enfrentados na implementação de práticas intersectoriais no âmbito municipal da saúde pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das evidências obtidas a partir dos estudos selecionados demonstra que a intersectorialidade representa uma estratégia indispensável para a eficácia da gestão pública municipal em saúde, principalmente diante da complexidade dos determinantes sociais que impactam a saúde das populações urbanas. As experiências sistematizadas apontam que a articulação entre setores diversos – saúde, assistência social, educação, habitação, justiça, entre outros – amplia a capacidade de resposta dos municípios, possibilitando intervenções mais equitativas, integradas e sustentáveis.

No que se refere ao fortalecimento da capacidade institucional local, destaca-se a iniciativa *PromoGOB*, descrita por Hernantes *et al.* (2022), como uma intervenção de capacitação conduzida por enfermeiros que atuaram como *health brokers*, isto é, mediadores intersectoriais entre políticas públicas. O estudo identificou que a formação de profissionais municipais promoveu aumento do conhecimento técnico e político, maior articulação entre setores e um avanço na governança local, por meio da institucionalização de práticas colaborativas. Esse modelo demonstrou ser especialmente efetivo para estimular o compromisso das lideranças locais com ações de promoção da saúde baseadas na lógica da transversalidade.

Em complemento, o trabalho de Cheney *et al.* (2023) evidencia que a conjunção entre abordagens verticais (*top-down*) e horizontais (*bottom-up*) é particularmente produtiva quando se busca criar uma cultura organizacional voltada à saúde coletiva. O estudo, centrado no ambiente universitário, serve como analogia para a gestão pública, mostrando que a construção de um ambiente saudável depende tanto da liderança institucional quanto do envolvimento ativo da comunidade.

Quanto à atenção a populações vulneráveis, a intersectorialidade também tem se mostrado eficaz na superação de barreiras de acesso e fragmentação do cuidado. O estudo de Formenti *et al.* (2025), realizado com migrantes e refugiados no norte da Itália, revelou que a articulação entre serviços de saúde, assistência social e organizações comunitárias foi essencial para garantir a continuidade do cuidado, especialmente no que se refere à prevenção e ao tratamento de hepatites virais. Resultados semelhantes foram encontrados por Sjöström *et al.* (2021), que avaliaram o impacto de um curso de gestão em saúde para imigrantes recém-chegados na Suécia. A pesquisa demonstrou melhorias significativas na qualidade de vida dos



participantes, indicando que ações intersetoriais também são determinantes para processos de integração e inclusão social.

Outro ponto recorrente é a eficiência da intersectorialidade na gestão de crises e em contextos institucionais complexos. Boned-Ombuena *et al.* (2021), ao analisarem a resposta à COVID-19 em uma grande prisão espanhola, destacaram que o controle de surtos e a prevenção da disseminação do vírus foram viabilizados pela atuação coordenada entre serviços de saúde, setor jurídico e administração penitenciária. A adoção de protocolos dinâmicos e adaptados às especificidades locais, articulados por meio de fluxos de comunicação efetivos, foi considerada fundamental para o êxito da intervenção.

Do ponto de vista da continuidade do cuidado, especialmente em populações com necessidades complexas, como idosos com declínio cognitivo, o ensaio clínico randomizado conduzido por Boekholt *et al.* (2025) revelou que o modelo de gerenciamento intersectorial de altas hospitalares (intersec-CM) contribuiu para reduzir as taxas de reinternação e melhorar a qualidade de vida dos pacientes. Embora não tenha impactado diretamente a funcionalidade cotidiana ou a institucionalização, os dados apontam para o potencial da gestão intersectorial na organização de transições assistenciais mais seguras e integradas.

Além disso, o estudo de Rehner *et al.* (2021) reforça a importância da coordenação intersectorial nos cuidados paliativos, destacando que a descontinuidade do cuidado, observada em uma parcela significativa dos pacientes, poderia ser mitigada por meio da articulação entre diferentes níveis e setores do sistema de saúde. Tal achado evidencia que a fragmentação institucional ainda representa um obstáculo à integralidade da atenção, sobretudo em situações de vulnerabilidade clínica e social.

A literatura também chama atenção para o papel da intersectorialidade na inovação das estratégias de saúde pública, sobretudo com a incorporação de tecnologias digitais e valores públicos. Lewerenz *et al.* (2025), ao analisarem a estratégia nacional de saúde digital da França, demonstraram que uma abordagem baseada em valor público, combinando governança ampliada e intersectorialidade, melhora a aderência das políticas públicas às necessidades sociais. De modo semelhante, Ranade *et al.* (2024) propõem um modelo médico centrado na população, em que as práticas de saúde pública são organizadas a partir de critérios biomédicos e em consonância com os contextos sociais e ambientais locais, reforçando o caráter intersectorial das ações.

A importância da intersetorialidade no desenvolvimento de políticas infantis também foi destacada por Byers *et al.* (2022), ao identificarem que o rastreamento precoce de fatores de risco social em crianças pequenas está fortemente relacionado com o uso posterior de benefícios públicos e intervenções preventivas. Isso demonstra que estratégias intersetoriais, ao anteciparem vulnerabilidades, podem contribuir para reduzir desigualdades de longo prazo.

Por fim, Ampo *et al.* (2023), ao relatarem a experiência da criação de um curso interdisciplinar de *One Health* nas Filipinas durante a pandemia de COVID-19, destacam que mesmo em cenários adversos, a formação e a capacitação intersetorial são possíveis e eficazes. O projeto demonstrou que a comunicação entre setores, quando mediada por processos educativos planejados, fortalece a resposta pública a emergências sanitárias e amplia a capacidade do Estado em articular diferentes saberes e instituições.

Em síntese, os resultados convergem para a constatação de que a intersetorialidade, quando implementada com planejamento, coordenação e participação social, fortalece a capacidade do município de responder a desafios complexos e de promover saúde de forma equitativa. No entanto, os estudos também revelam que tal abordagem exige estruturas institucionais adequadas, clareza de papéis, canais de comunicação permanentes e compromisso político com a transversalidade das ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intersetorialidade apresenta-se como um elemento fundamental para o fortalecimento da gestão pública municipal em saúde, ao permitir que diferentes setores colaborem de forma articulada na construção de respostas mais eficazes e integradas às necessidades sociais da população. Sua adoção amplia a capacidade do poder público local em enfrentar os determinantes sociais da saúde, promovendo ações que extrapolam os limites do setor sanitário e alcançam áreas como educação, assistência social, habitação e meio ambiente.

Ao longo desta análise, constatou-se que a intersetorialidade contribui diretamente para o fortalecimento da capacidade técnica e política dos gestores municipais, favorecendo a formulação de políticas mais abrangentes, coerentes e sustentáveis. Além disso, torna-se evidente seu papel na promoção da equidade, ao garantir acesso ampliado aos serviços e à continuidade do cuidado, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e em situações



de crise, como pandemias e emergências institucionais.

Também foi possível observar que as práticas intersetoriais permitem maior integração entre os níveis de atenção, reduzindo falhas na transição do cuidado, readmissões hospitalares e descontinuidades assistenciais. Quando bem implementadas, essas ações não apenas otimizam os recursos disponíveis, como também produzem impacto positivo na qualidade de vida dos usuários do sistema de saúde.

No entanto, a consolidação da intersetorialidade ainda enfrenta desafios importantes. Dentre eles, destacam-se a fragmentação das políticas públicas, a resistência institucional à cooperação entre setores, a ausência de mecanismos de governança colaborativa e a indefinição de papéis e responsabilidades. Tais obstáculos exigem ações estruturantes, como a capacitação continuada dos profissionais envolvidos, a criação de instâncias formais de articulação e a promoção de uma cultura de diálogo e corresponsabilidade entre os diferentes atores públicos.

Dessa forma, conclui-se que a intersetorialidade não se configura como um conceito abstrato, mas sim como uma estratégia concreta e necessária para a qualificação da gestão municipal em saúde pública. Seu êxito depende da adoção de modelos participativos, da construção de vínculos institucionais sólidos e da valorização da atuação conjunta em torno de objetivos comuns voltados à promoção do bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

AMPO, S. A. M. *et al.* Building capacity on One Health in the midst of the COVID-19 pandemic: connecting disciplines in the Philippines. **International Journal of One Health**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.onehealthjournal.org>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BONED-OMBUENA, A. *et al.* COVID-19 prevention and outbreak control in a large Spanish prison: an intersectoral approach. **The European Journal of Public Health**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 98–104, 2021. Disponível em: <https://academic.oup.com/eurpub>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BOOKHOLT, M. *et al.* Supporting older people with cognitive impairment during and after hospital stays with intersectoral care management (intersec-CM): results of a randomised clinical trial. **Age and Ageing**, [S. l.], 2025. Disponível em: <https://academic.oup.com/ageing>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BYERS, K. *et al.* Improving child health and healthcare use outcomes: how risk and resilience intersect in pediatric care. **Prevention Science**, [S. l.], v. 23, n. 5, p. 815–828, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11121-021-01281-4>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CHENEY, A. M. *et al.* Creating cultures of health in the academy: bringing together top-down and ground-up approaches. *Health Education & Behavior*, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 19–28, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/10901981221126010>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FORMENTI, B. *et al.* Navigating healthcare pathways: cascade of prevention and care for chronic viral hepatitis in asylum seekers and refugees. A multicenter analysis in Northern Italy. **Journal of Migration and Health**, [S. l.], v. 31, 100216, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jmh.2025.100216>. Acesso em: 14 jul. 2025.

HERNANTES, N. *et al.* Theory-based capacity building intervention for intersectoral action for health at local governments: an exploratory pilot study. **Journal of Advanced Nursing**, [S. l.], v. 78, n. 3, p. 755–765, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/jan.15066>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LEWERENZ, S. *et al.* Public value and digital health: the example of guiding values in the national digital health strategy of France. **International Journal of Medical Informatics**, [S. l.], v. 178, 105113, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijmedinf.2023.105113>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RANADE, S. *et al.* Population-centered medical method: a population-centered medical model for public health medicine. **Public Health**, [S. l.], v. 221, p. 20–24, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2023.12.007>. Acesso em: 14 jul. 2025.

REHNER, L. *et al.* Continuity in palliative care: analysis of intersectoral palliative care based on routine data of a statutory health insurance. **BMC Palliative Care**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 1–10, 2021. Disponível em: <https://bmcpalliatcare.biomedcentral.com>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SJÖSTRÖM, R. *et al.* Evaluation of a health-management course for recently settled immigrants. **Journal of International Migration and Integration**, [S. l.], v. 22, p. 1025–1040, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12134-021-00802-0>. Acesso em: 14 jul. 2025.